

<i>Nota à 23ª edição</i> .....	7
<b>PARTE I — INTRODUÇÃO</b> .....	27
<b>Capítulo I — O DIREITO ADMINISTRATIVO E O REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO</b>	
<i>I — As funções do Estado</i> .....	29
<i>II — Os critérios de distinção das funções do Estado</i> .....	32
<i>III — A função política ou de governo</i> .....	36
<i>IV — O Direito Administrativo</i> .....	37
<i>V — Origem do Direito Administrativo</i> .....	38
<i>VI — As bases ideológicas do Direito Administrativo</i> .....	42
<i>VII — O regime jurídico-administrativo</i> .....	51
<i>VIII — Conceito jurídico de interesse público</i> .....	56
<i>Direito subjetivo público, 60; Interesses primários e secundários do Estado, 63</i>	
<i>IX — Conteúdo do regime jurídico-administrativo</i> .....	66
<i>a) Supremacia do interesse público sobre o privado, 66;</i>	
<i>b) Indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos, 70</i>	
<i>X — Valor metodológico da noção de regime administrativo</i> ...	84
<b>Capítulo II — PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO</b>	
<i>I — Princípios expressos e implícitos</i> .....	92
<i>1ª) Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, 93; 2ª) Princípio da legalidade, 96; 3ª) Princípio da finalidade, 103; 4ª) Princípio da razoabilidade, 105; 5ª) Princípio da proporcionalidade, 107; 6ª) Princípio da motivação, 108; 7ª) Princípio da impessoalidade, 110; 8ª) Princípio da publicidade, 110; 9ª) Princípios</i>	

*do devido processo legal e da ampla defesa, 111; 10ª) Princípio da moralidade administrativa, 115; 11ª) Princípio do controle judicial dos atos administrativos, 116; 12ª) Princípio da responsabilidade do Estado por atos administrativos, 116; 13ª) Princípio da eficiência, 117; 14ª) Princípio da segurança jurídica, 118*

- II** — **Restrições excepcionais ao princípio da legalidade**  
*a) Medidas provisórias, 121; b) Estado de defesa, 129; c) Estado de sítio, 130*

**PARTE II — OS SUJEITOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO** ..... 133

**Capítulo III — A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

- I** — **Os órgãos e as competências públicas** ..... 135  
*Órgãos públicos, 136; Classificação dos órgãos, 137; Competências públicas, 138 (Conceito de competência, 140)*
- II** — **Insurgência na via administrativa contra o exercício das competências: pedido de reconsideração, recurso hierárquico, reclamação administrativa, representação e denúncia** ..... 142
- III** — **Centralização e descentralização administrativa** ..... 145  
*Desconcentração, 146; A hierarquia e os poderes do hierarca, 146; Distinção entre descentralização e desconcentração, 147; O controle, 147*
- IV** — **Organização administrativa da União: Administração direta e indireta** ..... 148  
*Administração direta da União, 149; Critério classificador do Decreto-lei 200, 150; Entes paraestatais, 153*

**Capítulo IV — FIGURAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E ENTIDADES PARALELAS** ..... 156

- I** — **Autarquias**  
*Conceito, 156; Regime jurídico, 157 (a) Relações com a pessoa que as criou, 158; b) Relações com terceiros, 161; c) Relações internas, 163); Autarquias especiais ou sob regime especial, 165; Agências reguladoras, 165; Agências executivas, 177*
- II** — **Fundações públicas**  
*Conceito legal: impropriedade, 179; Natureza das fundações públicas, 181*

<b>III</b>	— <b><i>Empresas públicas e sociedades de economia mista</i></b> <i>Conceito de empresa pública, 182 (Conceito legal: impropriedade, 183); Conceito de sociedade de economia mista, 186 (Conceito legal: impropriedade, 187); As diferenças entre empresas públicas e sociedades de economia mista, 189; Natureza essencial de empresas públicas e sociedades de economia mista: conseqüências, 189; Critérios para interpretação do regime jurídico das empresas do Estado, 192; Espécies de empresas públicas e sociedades de economia mista, 194; Empresas estatais e concessão de serviço público, 195; A peculiaridade de regime das estatais em confronto com as pessoas de Direito Privado. Normas constitucionais, 197; O regime jurídico das empresas estatais, 199 (a) Relações com a pessoa que as criou, 200; b) Relações com terceiros, 203; c) Relações internas, 215)</i>	
<b>IV</b>	— <b><i>Figuras jurídicas introduzidas pela Reforma Administrativa</i></b> .....	217
	<i>Contrato de gestão, 219; Contratos de gestão entre Estado e entidades da Administração indireta, 220 (O art. 37, § 8º, da Constituição, 226; Contrato entre órgãos?, 227); Contratos de gestão entre o Estado e as “organizações sociais”, 230; Organizações sociais, 230; Organizações da sociedade civil de interesse público, 236</i>	
<b>Capítulo V — SERVIDORES PÚBLICOS</b>		
<b>I</b>	— <b><i>Agentes públicos</i></b> .....	238
<b>II</b>	— <b><i>Classificação dos agentes públicos</i></b> .....	241
	<i>a) Agentes políticos, 241; b) Servidores estatais, 242 (Servidores públicos: conceito e espécies, 243; Servidores das pessoas governamentais de Direito Privado, 244); c) Particulares em colaboração com a Administração, 244</i>	
<b>III</b>	— <b><i>Os servidores estatais na Constituição: titulares de cargos e ocupantes de empregos</i></b> .....	245
	<i>a) Cargos públicos, 246; b) Funções públicas, 247; c) Empregos públicos, 247</i>	
<b>IV</b>	— <b><i>Natureza da relação jurídica entre os titulares de cargos e o Poder Público</i></b> .....	248
<b>V</b>	— <b><i>Natureza da relação jurídica entre os ocupantes de emprego e as entidades governamentais</i></b> .....	249
<b>VI</b>	— <b><i>Âmbito de aplicação do regime de emprego e do regime de cargo</i></b> .....	250

- VII** — **Objeto das normas constitucionais sobre pessoal** ..... 257
- VIII** — **Normas de contenção de despesas com os servidores estatais**  
 a) Limite global de despesas com pessoal, 258; b) Previsão orçamentária e na lei de diretrizes para alterações, 263; c) Proibição à União e Estados de aportarem recursos a outros níveis de governo para despesas de pessoal, 263
- IX** — **Normas relativas à remuneração dos servidores e de agentes políticos**  
 a) Criação de remuneração por subsídios, 263; b) Limite de remuneração, 265; c) Vencimentos do Executivo como paradigma para o Legislativo e o Judiciário, 269; d) Proibição de vinculação de vencimentos, 269; e) Cálculo de acréscimos pecuniários, 270; f) Uniformidade na data e nos índices para revisão geral da remuneração dos servidores públicos, 270; g) Exigência de lei para fixação ou alteração da remuneração, 270
- X** — **Normas constitucionais sobre o regime jurídico dos servidores estatais (titulares de cargos ou empregados)** ... 271  
 a) Acessibilidade aos cargos e empregos: concurso público, 271 (Admissão e dispensa nas estatais, 275); b) Contratação excepcional sem concurso, 276; c) Direito de greve e de sindicalização, 277; d) Proibição de acumulação remunerada, 278; e) Sanção por improbidade administrativa, 279
- XI** — **Regime constitucional dos servidores públicos titulares de cargos** ..... 280  
 a) Irredutibilidade de vencimentos, 280; b) Alguns direitos equivalentes aos dos empregados, 280; c) Estabilidade, 281; d) Disponibilidade, 282; e) Aposentadoria e proventos, 283; f) Requisitos para aposentadoria e correspondentes proventos, 283; g) Forma de cálculo dos proventos de aposentadoria e das pensões, 284; h) Tratamentos específicos em atenção a situações transitórias, 287; i) Contribuição previdenciária, 290; j) Atualização de proventos e pensões, 294
- XII** — **Os cargos públicos** ..... 295  
 a) Criação e extinção. Declaração de desnecessidade, 295; b) Classificação dos cargos, 295 (Cargos em comissão, 296; Cargos de provimento efetivo, 296; Cargos vitalícios, 297); c) Lotação dos cargos e "redistribuição", 298

<b>XIII</b>	— <b><i>O provimento em cargo público: conceito e formas</i></b> .....	298
	<i>a) Provimento autônomo ou originário</i> (Nomeação, 299; Posse, 300); <i>b) Provimentos derivados</i> , 301 (Provimento derivado vertical (promoção), 301; Provimento derivado horizontal (readaptação), 301; Provimento derivado por reingresso (reversão, aproveitamento, reintegração e recondução), 301)	
<b>XIV</b>	— <b><i>Direitos e vantagens dos servidores públicos estatutários</i></b> .....	303
	<i>a) Direitos e vantagens que beneficiam diretamente o servidor</i> , 303 (Direitos e vantagens de ordem pecuniária, 303; Direitos de ausência ao serviço, 305; Aposentadoria, 311); <i>b) Direitos e vantagens em prol de dependentes do servidor</i> , 311	
<b>XV</b>	— <b><i>Deveres e responsabilidades dos servidores públicos estatutários</i></b> .....	313
	<i>Prescrição</i> , 315	
<b>XVI</b>	— <b><i>Sindicância e processo administrativo</i></b> .....	316
<b>XVII</b>	— <b><i>Limites ao poder de emendar a Constituição e a situação dos atuais servidores</i></b> .....	320
<b>PARTE III — AS VIAS TÉCNICO-JURÍDICAS DE AÇÃO ADMINISTRATIVA</b> .....		327
.		
<b>Capítulo VI — O REGULAMENTO NO DIREITO BRASILEIRO</b>		
<b>I</b>	— <b><i>Introdução</i></b> .....	329
<b>II</b>	— <b><i>Espécies de regulamento no Direito europeu</i></b> .....	331
<b>III</b>	— <b><i>O regulamento previsto no art. 84, VI, da Constituição Brasileira</i></b> .....	332
<b>IV</b>	— <b><i>Conceito de regulamento no Direito brasileiro</i></b> .....	333
<b>V</b>	— <b><i>Diferenças entre lei e regulamento no Direito brasileiro</i></b> .....	334
<b>VI</b>	— <b><i>O regulamento ante o princípio da legalidade no Brasil</i></b> .....	334
<b>VII</b>	— <b><i>Finalidade e natureza da competência regulamentar</i></b> .....	341
<b>VIII</b>	— <b><i>Limites ao regulamento no Direito brasileiro: a delegação legislativa disfarçada</i></b> .....	344
<b>IX</b>	— <b><i>O objeto da competência regulamentar</i></b> .....	350
<b>X</b>	— <b><i>Diferenças entre lei e regulamento quanto às garantias do administrado</i></b> .....	356
<b>XI</b>	— <b><i>Resoluções, instruções e portarias</i></b> .....	359

Capítulo VII — **ATOS ADMINISTRATIVOS**

<b>I</b>	— <b>Considerações introdutórias</b>	
	<i>a) Distinção entre fatos jurídicos e atos jurídicos, 361; b) O problema da conceituação do ato administrativo, 365; c) Os conceitos jurídicos, 366; d) Historicidade dos conceitos jurídicos, 366; e) Funcionalidade e não “verdade” dos conceitos, 369; f) Critério básico para conceituação do ato administrativo, 372</i>	
<b>II</b>	— <b>Atos da Administração e atos administrativos</b> .....	372
<b>III</b>	— <b>Conceito de ato administrativo</b> .....	377
<b>IV</b>	— <b>Perfeição, validade e eficácia</b> .....	376
<b>V</b>	— <b>Requisitos do ato administrativo</b> .....	378
<b>VI</b>	— <b>Elementos do ato</b>	
	<i>Conteúdo, 382; Forma, 383</i>	
<b>VII</b>	— <b>Pressupostos do ato</b>	
	<i>1) Pressupostos de existência, 383; 2) Pressupostos de validade: A) Sujeito (pressuposto subjetivo), 385; B) Motivo (pressuposto objetivo), 385 (Motivo do ato e motivo legal, 386; Motivo e móvel, 387; O papel da vontade no ato administrativo, 387; Motivo e motivação, 388; O dever de motivar e as conseqüências de sua violação, 389; Teoria dos motivos determinantes, 392); C) Requisitos procedimentais (pressuposto objetivo), 392; D) Finalidade (pressuposto teleológico), 393 (Teoria do desvio de poder, 394); E) Causa (pressuposto lógico), 396; F) Formalização (pressuposto formalístico), 399</i>	
<b>VIII</b>	— <b>O silêncio no Direito Administrativo</b> .....	401
<b>IX</b>	— <b>Atributos dos atos administrativos</b> .....	404
	<i>Casos em que cabe excoutoriedade, 409; Defesas contra a excoutoriedade, 410</i>	
<b>X</b>	— <b>Classificação dos atos administrativos</b> .....	410
	<i>a) Quanto à natureza da atividade, 410; b) Quanto à estrutura do ato, 411; c) Quanto aos destinatários do ato, 412; d) Quanto ao grau de liberdade da Administração em sua prática, 412; e) Quanto à função da vontade administrativa, 412; f) Quanto aos efeitos, 413; g) Quanto aos resultados sobre a esfera jurídica dos administrados, 413; h) Quanto à situação de terceiros, 415; i) Quanto à composição da vontade produtora do ato, 415 j) Quanto à formação do ato, 415; l) Quanto à natureza das situações jurídicas que criam, 416; m) Quanto à posição jurídica da Administração, 416</i>	

<b>XI</b>	— <b>Vinculação e discricionariedade</b> .....	417
<b>XII</b>	— <b>Atos administrativos “in specie”</b> <i>Em função do conteúdo, 425; Como formas de manifestação de outros atos, 427</i>	
<b>XIII</b>	— <b>Procedimento (ou processo) administrativo</b> .....	429
<b>XIV</b>	— <b>Panorama da extinção dos atos administrativos</b> .....	431
<b>XV</b>	— <b>Revogação</b> <i>Conceito, 434; Sujeito ativo da revogação, 435; Objeto da revogação, 436; Fundamento da revogação, 437; Motivos da revogação, 439; Efeitos da revogação, 440; Natureza do ato revogador, 441; Limites ao poder de revogar, 441; Revogação e indenização, 443</i>	
<b>XVI</b>	— <b>Coisa julgada administrativa</b> .....	444
<b>XVII</b>	— <b>Invalidade dos atos administrativos</b> .....	446
	<i>Sujeitos ativos da invalidação, 447; Objeto da invalidação, 448; Fundamento da invalidação, 449; Motivo da invalidação, 449; Forma da invalidação, 449; Efeitos da invalidação, 451; Classificação da invalidade segundo a doutrina brasileira, 452; Atos irregulares, 455; Comentários às diferentes teorias, 456; O grau de intolerância em relação a categorias de atos inválidos, 457; Convalidação, 458; Convalidação e invalidação: poder ou dever?, 460; Identificação dos atos inexistentes, dos nulos e dos anuláveis, 463; Regime dos atos inválidos, 463; Invalidação e dever de indenizar, 465; Direito de resistência contra atos inválidos, 466</i>	
<b>XVIII</b>	— <b>Regime jurídico dos atos inexistentes, dos nulos e anuláveis: comparação</b> .....	468
<b>XIX</b>	— <b>Diferenças entre revogação e invalidação</b> .....	470

## Capítulo VIII — O PROCEDIMENTO (OU PROCESSO) ADMINISTRATIVO

<b>I</b>	— <b>Conceito de procedimento administrativo</b> .....	471
	<i>Procedimento e ato complexo, 477</i>	
<b>II</b>	— <b>Requisitos do procedimento</b> .....	478
<b>III</b>	— <b>Importância do procedimento administrativo.</b> <i>Atualidade do tema</i> .....	479
<b>IV</b>	— <b>Objetivos do processo ou procedimento</b> .....	482
<b>V</b>	— <b>Espécies de procedimento</b> .....	483
<b>VI</b>	— <b>Fases do processo ou procedimento</b> .....	485
<b>VII</b>	— <b>Princípios do procedimento</b> .....	486
<b>VIII</b>	— <b>Fundamentos constitucionais dos princípios do procedimento administrativo</b> .....	490

<b>IX</b>	— <b>Obrigatoriedade da adoção de procedimento administrativo formalizado</b> .....	495
<b>X</b>	— <b>O processo (ou procedimento) na legislação federal</b> .....	496
	Âmbito de abrangência, 497; Competência, 497; Princípios do processo e garantias do administrado, 498; Sequência processual, 503; Prazos processuais, 506; Revogação, anulação e convalidação, 508	
<b>Capítulo IX — LICITAÇÃO</b>		
<b>I</b>	— <b>Conceito e finalidades</b> .....	509
<b>II</b>	— <b>A legislação sobre licitação</b> .....	512
	Normas gerais de licitação e contratos, 516	
<b>III</b>	— <b>Os princípios da licitação</b> .....	517
<b>IV</b>	— <b>Quem está obrigado a licitar</b> .....	521
<b>V</b>	— <b>Os pressupostos da licitação</b> .....	524
<b>VI</b>	— <b>O objeto licitável, a dispensa e a inexigibilidade de licitação</b> .....	525
	Bens singulares, 525; Serviços singulares, 526; Sistematização legal dos casos excludentes de licitação, 527; Os casos qualificados pela lei como de licitação dispensável, 527; Inexigibilidade de licitação, 532; Serviços técnicos de natureza singular, 534; Justificação de dispensas e de inexigibilidade, 537; Licitação proibida, 537	
<b>VII</b>	— <b>Modalidades da licitação</b> .....	538
	Prazos e formas de publicidade nas modalidades de licitação, 545; Comparação entre concorrência, tomada de preços e convite, 545; Pregão e consulta, 547 (Procedimento do pregão, 547); Registros cadastrais, 552; O registro de preços, 553; Comissões de licitação, 554; Licitações de grande vulto e licitações de alta complexidade técnica, 555; Alienação de bens, 556; Licitações internas e licitações internacionais, 557	
<b>VIII</b>	— <b>Etapas interna e externa da licitação</b> .....	558
	Requisitos para instauração de licitação, 558; Vedações nas licitações, 559	
<b>IX</b>	— <b>Fases da licitação</b> .....	560
	Exame dos afluentes à licitação, 561; Exame das propostas, 562; Confirmação do resultado e outorga do objeto, 562; Esquema analítico das fases, 563; Sequência procedimental da concorrência, 564	
<b>X</b>	— <b>O edital</b> .....	566
	Vícios do edital, 569	

<b>XI</b>	— <b>A habilitação</b> .....	570
	<i>Documentos substitutivos para habilitação, 576; Consórcios, 576; Habilitação de empresa estrangeira em licitação internacional; compras de bens no Exterior, 577; Comparecimento de um único licitante, 578; Pré-qualificação, 578; Descabimento de rigorismos inúteis na habilitação, 579; Efeito jurídico da habilitação, 579; Vícios da habilitação, 580</i>	
<b>XII</b>	— <b>O julgamento</b> .....	581
	<i>Requisitos das propostas, 581; Objetividade do julgamento, 585; Classificação, 585; Desempate entre as propostas, 585; Os "tipos" de licitação, 585; Equanimidade de tratamento entre licitantes estrangeiros e nacionais, 588; Classificação de uma só proposta, 589; Vícios da classificação, 589; Efeito jurídico da classificação, 590</i>	
<b>XIII</b>	— <b>Homologação e adjudicação</b> .....	590
<b>XIV</b>	— <b>Regras especiais para licitações com financiamento internacional e para compras de bens efetuadas no Exterior</b> .....	591
<b>XV</b>	— <b>Recursos administrativos</b> .....	592
<b>XVI</b>	— <b>O procedimento licitatório e suas conseqüências</b> .....	593
	<i>Licitação e direito ao subsequente contrato, 593; Revogação da licitação, 593; Anulação da licitação, 594</i>	
<b>XVII</b>	— <b>Crimes</b> .....	597
<b>XVIII</b>	— <b>Licitação e mandado de segurança</b> .....	597

## Capítulo X — O CONTRATO ADMINISTRATIVO

<b>I</b>	— <b>Introdução</b> .....	599
	<i>Peculiaridades do contrato administrativo, 600</i>	
<b>II</b>	— <b>O contrato administrativo no Direito francês</b> .....	601
<b>III</b>	— <b>O contrato administrativo na doutrina brasileira</b> .....	603
<b>IV</b>	— <b>Conceito de contrato administrativo</b> .....	605
<b>V</b>	— <b>Características do chamado "contrato administrativo" ....</b>	607
	<i>A lógica do contrato administrativo, 608</i>	
<b>VI</b>	— <b>O contrato administrativo no Direito Positivo brasileiro</b> .....	609
	<i>Alteração unilateral do contrato, 611; Alteração bilateral do contrato, 612; Extinção unilateral do contrato, 613; Outras hipóteses de extinção, 613; A "exceptio non adimpleti contractus", 614; Prazo e prorrogação dos contratos, 614; Formalidades do contrato administrativo, 616; Eficácia dos contratos administrativos, 617; Os pagamentos devidos ao contratado; correção monetária; rea-</i>	

*juste e recomposição de preços no Direito Positivo (imprevisão, fato do príncipe e sujeições imprevisas), 617; Sanções administrativas e penais por ocasião dos contratos administrativos, 624*

<b>VII</b>	— <b>Equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo</b> .....	625
	<i>O âmbito de proteção do equilíbrio econômico-financeiro e Direito Positivo brasileiro, 628; O contrato administrativo e o dever de boa-fé, 633</i>	
<b>VIII</b>	— <b>A cláusula “rebus sic stantibus”</b> .....	634
<b>IX</b>	— <b>A teoria da imprevisão</b> .....	635
<b>X</b>	— <b>As cláusulas de reajustes de preços</b> .....	638
<b>XI</b>	— <b>Os reajustes e os índices oficiais</b> .....	640
<b>XII</b>	— <b>Obrigações do Estado derivadas de contratos inválidos ou “inexistentes”</b> .....	643
<b>XIII</b>	— <b>Os quase-contratos e o enriquecimento sem causa</b> .....	644
<b>XIV</b>	— <b>Convênios e consórcios</b> .....	648

## **PARTE IV — AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS** .....

### **Capítulo XI — SERVIÇO PÚBLICO E OBRA PÚBLICA**

<b>I</b>	— <b>Conceito de serviço público</b> .....	655
	<i>a) Substrato material da noção de serviço público, 659; b) Elemento formal caracterizador do serviço público: seu regime jurídico, 661; Princípios do serviço público, 661</i>	
<b>II</b>	— <b>Titularidade do serviço e titularidade da prestação</b> .....	665
<b>III</b>	— <b>Serviços públicos e outras atividades estatais</b> .....	666
	<i>Serviço público e obra pública, 667; Serviço público e poder de polícia, 667; Serviço público e exploração estatal de atividade econômica, 669</i>	
<b>IV</b>	— <b>Serviços públicos por determinação constitucional</b> .....	670
<b>V</b>	— <b>Imposições constitucionais quanto aos serviços públicos no Brasil</b> .....	673
	<i>a) Serviços de prestação obrigatória e exclusiva do Estado, 673; b) Serviços que o Estado tem obrigação de prestar e obrigação de conceder, 673; c) Serviços que o Estado tem obrigação de prestar, mas sem exclusividade, 674; d) Serviços que o Estado não é obrigado a prestar, mas, não os prestando, terá de promover-lhes a prestação, mediante concessão ou permissão, 674</i>	
<b>VI</b>	— <b>Os serviços públicos e a dubiedade da expressão “autorização” na Constituição</b> .....	674

<b>VII</b>	— <b>Limites constitucionais para a caracterização de um serviço como público</b> .....	675
<b>VIII</b>	— <b>Serviços públicos e serviços governamentais</b> .....	677
<b>IX</b>	— <b>Obra pública</b> <i>Conceito, 680; Modalidades de execução indireta, 681; Obra de grande vulto, 682; Obra de imenso vulto, 682; Garantia de execução, 683; Fiscalização da obra, 683; Recebimento da obra, 684; Responsabilidade pela obra, 684</i>	
<b>Capítulo XII — CONCESSÕES E PERMISSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO E SEUS REGIMES JURÍDICOS</b>		
<b>I</b>	— <b>Concessão de serviços públicos: conceito e noções gerais</b> .....	686
	<i>A exploração do serviço como forma de remuneração, 687; Concessão e permissão de serviço público na Constituição e as leis editadas para cumpri-la, 688; Improriedade das definições legais, 691; Natureza dos serviços suscetíveis de serem concedidos, 695; Natureza jurídica da concessão de serviço público e suas conseqüências, 696</i>	
<b>II</b>	— <b>Forma e condições da outorga do serviço em concessão</b> .....	698
	<i>Licitação das concessões, 700; O “contrato” de concessão, 706; Transferência da concessão — Transferência do controle acionário da concessionária e a subconcessão, 707; Direitos emergentes da concessão como garantias de financiamento, 709</i>	
<b>III</b>	— <b>O prazo nas concessões e sua prorrogação</b> .....	710
<b>IV</b>	— <b>Os poderes do concedente</b> .....	712
<b>V</b>	— <b>Os direitos do concessionário</b> .....	717
	<i>Remuneração do concessionário, 718</i>	
<b>VI</b>	— <b>As tarifas</b> .....	718
	<i>As fontes paralelas (alternativas, complementares) de receita do concessionário, 721; O equilíbrio econômico-financeiro na concessão de serviço público (ou obra pública), 722</i>	
<b>VII</b>	— <b>Os direitos dos usuários</b> .....	727
<b>VIII</b>	— <b>Formas de extinção da concessão e seus efeitos jurídicos</b> .....	728
<b>IX</b>	— <b>A reversão dos bens</b> .....	733

<b>X</b>	— <b><i>Síntese da composição patrimonial no encerramento da concessão</i></b> .....	735
<b>XI</b>	— <b><i>Responsabilidade do concessionário e subsidiária do Estado pelos danos a terceiros causados em razão do serviço</i></b> .....	736
<b>XII</b>	— <b><i>Permissão de serviço público</i></b> .....	739
<b>XIII</b>	— <b><i>Situações transitórias na lei de concessões</i></b> .....	750
<b>XIV</b>	— <b><i>A parceria público-privada (PPP)</i></b> .....	753
	<i>Valor, prazo e objeto das parcerias público-privadas, 754; Modalidades, 755; Concessão administrativa: a falsa concessão, 757; Benefícios aos contratados nas parcerias público-privadas: vantagens e garantias, 758; Garantias ofertáveis ao financiador do parceiro privado, 760; O contrato de parceria: gestão por sociedade de propósito específico, 760; O contrato de parceria: liberação de pagamentos ao parceiro privado, 761; O contrato de parceria: diretrizes e cláusulas contratuais, 761; Repartição de riscos. Garantias exigidas do parceiro privado. Repartição de ganhos, 762; Licitação nas parcerias público-privadas, 764; Disposições aplicáveis apenas à União, 765; Inconstitucionalidades da lei das parcerias público-privadas, 766 (Vinculação de receitas, 766; Fundos especiais, 767; Empresa estatal garantidora, 769; Mecanismos privados de resolução de disputas, inclusive arbitragem, 769; Assunção, por financiador, do controle da sociedade de propósitos específicos, 770)</i>	

### Capítulo XIII — ***INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO E NO DOMÍNIO SOCIAL***

<b>I</b>	— <b><i>Introdução</i></b> .....	771
<b>II</b>	— <b><i>Intervenção do Estado no domínio econômico</i></b> <i>Conceito de atividade econômica em nossa Constituição, 774; Liberdade de iniciativa, 775; Atividades privadas sob regime especial, 780; Função social da propriedade, 780; Livre concorrência e repressão ao abuso do poder econômico, 782; CADE: organização e funções, 782; Secretaria de Direito Econômico — SDE, 784; Infrações à ordem econômica, 784; Sanções por infrações à ordem econômica, 786; Acordo de leniência, 787; Defesa do consumidor, 788; Monopólio, 791</i>	
<b>III</b>	— <b><i>Intervenção do Estado no domínio social</i></b> .....	791

Capítulo XIV — **PODER DE POLÍCIA**

<b>I</b>	— <b>Introdução</b> .....	794
<b>II</b>	— <b>Sentido amplo e sentido estrito do poder de polícia</b> .....	798
<b>III</b>	— <b>Fundamento da polícia administrativa</b> .....	799
<b>IV</b>	— <b>Supremacia geral e supremacia especial</b> .....	800
<b>V</b>	— <b>Essência do poder de polícia</b> .....	805
	<i>Traços característicos, 807</i>	
<b>VI</b>	— <b>Polícia administrativa e polícia judiciária</b> .....	809
<b>VII</b>	— <b>Atos através dos quais se expressa a polícia administrativa</b> .....	811
<b>VIII</b>	— <b>O poder de polícia é discricionário?</b> .....	812
<b>IX</b>	— <b>Definição de polícia administrativa</b> .....	813
<b>X</b>	— <b>Polícia geral e polícia especial</b> .....	813
<b>XI</b>	— <b>Delegação de atos de polícia administrativa</b> .....	815
<b>XII</b>	— <b>Executoriedade das medidas de polícia administrativa</b> ..	817
<b>XIII</b>	— <b>Polícia administrativa e o princípio da proporcionalidade contra abusos da Administração</b> .....	819
<b>XIV</b>	— <b>Setores da polícia administrativa</b> .....	820
<b>XV</b>	— <b>Polícia administrativa da União, Estados e Municípios</b> ...	820

Capítulo XV — **INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

<b>I</b>	— <b>Conceito</b> .....	823
<b>II</b>	— <b>Finalidades</b> .....	824
<b>III</b>	— <b>Sujeito infrator e sujeito responsável subsidiário</b> .....	825
<b>IV</b>	— <b>“Excludentes” da infração ou da sanção</b> .....	826
<b>V</b>	— <b>Princípios</b> .....	826
	<i>a) Princípio da legalidade, 826; b) Princípio da anterioridade, 828; c) Princípio da tipicidade, 828; d) Princípio da exigência de voluntariedade para incursão na infração, 831; e) Princípio da proporcionalidade, 832; f) Princípio do devido processo legal, 833; g) Princípio da motivação, 834</i>	
<b>VI</b>	— <b>Providências acautelatórias</b> .....	835
<b>VII</b>	— <b>Classificações das sanções: sanções transmissíveis sanções intransmissíveis</b> .....	836
<b>VIII</b>	— <b>Multas</b> .....	838
<b>IX</b>	— <b>Dever de sancionar</b> .....	839

## Capítulo XVI — *DESAPROPRIAÇÃO*

<b>I</b>	— <i>Conceito</i> .....	841
<b>II</b>	— <i>Fundamentos da desapropriação</i> .....	846
<b>III</b>	— <i>Desapropriação: forma originária de aquisição da propriedade</i> .....	847
<b>IV</b>	— <i>Requisitos da desapropriação</i> .....	848
<b>V</b>	— <i>Competência para legislar sobre desapropriação; competência para desapropriar e competência para promover desapropriação</i> .....	850
<b>VI</b>	— <i>Objeto da desapropriação</i> .....	851
<b>VII</b>	— <i>Beneficiários da desapropriação</i> .....	853
<b>VIII</b>	— <i>Fases do procedimento expropriatório</i> .....	853
<b>IX</b>	— <i>A declaração de utilidade pública</i> .....	854
<b>X</b>	— <i>A imissão provisória de posse</i> .....	857
<b>XI</b>	— <i>A justa indenização. Juros. Correção monetária. Outras despesas. Honorários de advogados</i> .....	860
<b>XII</b>	— <i>Momento em que se consuma a desapropriação</i> .....	864
<b>XIII</b>	— <i>Desapropriação por zona</i> .....	864
<b>XIV</b>	— <i>Desapropriação indireta</i> .....	865
<b>XV</b>	— <i>Extensão do controle jurisdicional na ação de desapropriação</i> .....	866
<b>XVI</b>	— <i>Retrocessão e direito de preferência violado</i> .....	867
<b>XVII</b>	— <i>Requisição</i> .....	880
<b>XVIII</b>	— <i>Servidão administrativa</i> .....	882

## Capítulo XVII — *GESTÃO DOS BENS PÚBLICOS*

<b>I</b>	— <i>Conceito</i> .....	886
<b>II</b>	— <i>Os bens com relação à sua destinação</i> .....	887
<b>III</b>	— <i>Afetação e desafetação dos bens públicos</i> .....	888
<b>IV</b>	— <i>Regime jurídico dos bens públicos</i> .....	888
<b>V</b>	— <i>Os bens quanto à sua natureza física</i> .....	890
	a) <i>Bens do domínio hídrico, 891; b) Bens do domínio terrestre, 892 (Domínio do solo, 892; Domínio do subsolo, 896)</i>	
<b>VI</b>	— <i>Formas de aquisição e alienação de bens públicos</i> .....	897
<b>VII</b>	— <i>Formas de utilização dos bens públicos pelos administrados</i> .....	898
	a) <i>Utilização dos bens de uso comum, 898; b) Utilização dos bens de uso especial, 902; c) Utilização dos bens dominicais, 903</i>	

**PARTE V — O CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO  
E A RESPONSABILIDADE DO ESTADO ..... 909**

**Capítulo XVIII — PANORAMA DO CONTROLE DA  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

<b>I</b>	— <b>Controle interno e externo</b> .....	911
	a) Controle interno, 913; b) Controle externo, 914	
<b>II</b>	— <b>Controle parlamentar direto</b> .....	914
	a) Sustação de atos e contratos do Executivo, 914; b) Con- vocações de Ministros e requerimentos de informações; recebimento de petições, queixas e representações dos administrados e convocação de qualquer autoridade ou pessoa para depor, 914; c) Comissões Parlamentares de Inquérito, 915; d) Autorizações ou aprovações do Con- gresso necessárias para atos concretos do Executivo, 915; e) Poderes controladores privativos do Senado, 916; f) Julgamento das contas do Executivo, 916; g) Suspensão e destituição (“impeachment”) do Presidente ou de Minis- tros, 917	
<b>III</b>	— <b>Controle pelo Tribunal de Contas</b> .....	917
	a) Compostura e composição do Tribunal de Contas, 917; b) Parecer prévio sobre as contas do Presidente, 918; c) Julgamento das contas dos administradores públicos, 919	
<b>IV</b>	— <b>Controle jurisdicional (panorama)</b> .....	920
	a) “Habeas corpus”, 927; b) Mandado de segurança, 928; c) “Habeas data”, 929; d) Mandado de injunção, 929; e) Ação popular, 930; f) Ação civil pública, 930; g) Ação direta de inconstitucionalidade, 930	

**Capítulo XIX — DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA  
E CONTROLE JUDICIAL**

<b>I</b>	— <b>Introdução</b> .....	932
<b>II</b>	— <b>Princípio da legalidade</b> .....	934
<b>III</b>	— <b>Vinculação e discricionariedade</b> .....	935
	Mérito do ato, 932	
<b>IV</b>	— <b>Fundamentos da discricionariedade</b> .....	939
<b>V</b>	— <b>Estrutura lógico-normativa da discricionariedade</b> .....	942
<b>VI</b>	— <b>Conceito de discricionariedade</b> .....	946
<b>VII</b>	— <b>Limites da discricionariedade</b> .....	946
<b>VIII</b>	— <b>Extensão do controle judicial</b> .....	951
	a) Exame dos motivos, 951; b) Exame da finalidade: o desvio de poder, 953; c) Exame da causa do ato, 956	

<b>IX</b>	— <b>Relatividade da competência discricionária</b> .....	957
<b>X</b>	— <b>Conclusão</b> .....	963

**Capítulo XX — RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL  
EXTRACONTRATUAL DO ESTADO POR  
COMPORTAMENTOS ADMINISTRATIVOS**

<b>I</b>	— <b>Introdução</b> .....	967
<b>II</b>	— <b>Responsabilidade e sacrifício de direito</b> .....	968
<b>III</b>	— <b>Originalidade da responsabilidade pública</b> .....	970
<b>IV</b>	— <b>A responsabilidade do Estado e o Estado de Direito</b> .....	973
<b>V</b>	— <b>Evolução da responsabilidade por atos administrativos</b> .....	974
	a) Princípio da irresponsabilidade do Estado, 974; b) Princípio da responsabilidade do Estado, 976; c) Respon- sabilidade subjetiva do Estado, 976; d) Responsabilidade objetiva do Estado, 979	
<b>VI</b>	— <b>Fundamentos da responsabilidade do Estado</b> .....	980
<b>VII</b>	— <b>Questões capitais sobre a responsabilidade estatal</b> .....	981
<b>VIII</b>	— <b>Os sujeitos que comprometem o Estado</b> .....	981
<b>IX</b>	— <b>Caracteres da conduta lesiva ensejadora de responsabilidade</b> .....	983
	a) Danos por ação do Estado, 984; b) Danos por omissão do Estado, 986; c) Danos dependentes de situação produ- zida pelo Estado diretamente propiciatória, 991	
<b>X</b>	— <b>O dano indenizável</b> .....	994
<b>XI</b>	— <b>Excludentes da responsabilidade do Estado</b> .....	997
<b>XII</b>	— <b>A responsabilidade do Estado no Brasil</b>	
	a) Introdução, 999; b) Evolução normativa da responsa- bilidade do Estado no Brasil, 1001; c) Responsabilidade subjetiva ou objetiva como regra no Direito vigente, 1004; d) Responsabilidade patrimonial do agente por danos a terceiros, 1007; e) Responsabilidade estatal na jurispru- dência brasileira, 1009; f) A forma de efetivação da res- ponsabilidade do Estado, 1012	

**Capítulo XXI — A PRESCRIÇÃO NO DIREITO  
ADMINISTRATIVO**

<b>I</b>	— <b>Prescrição, decadência e preclusão</b> .....	1015
<b>II</b>	— <b>Prescrição (ou outro prazo extintivo) da pretensão do administrado a pleitear direito na via administrativa</b> .....	1017

<b>III</b>	— <i>Prescrição de ações judiciais do administrado contra o Poder Público</i> .....	1018
<b>IV</b>	— <i>Pretensões da Administração contra o administrado</i> .....	1021
<b>V</b>	— <i>“Prescrição” da possibilidade de a Administração prover, ela própria, sobre certa específica situação</i> .....	1021
<b>VI</b>	— <i>Prescrição das ações judiciais contra o administrado</i> ....	1023
<b>ÍNDICE REMISSIVO DE AUTORES</b> .....		1027
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO</b> .....		1033